

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELATÓRIO FINAL  
PIBIC 2009/2010

**Projeto: Os direitos dos africanos na era da abolição: diplomacia, política e o impacto social da proibição do tráfico de escravos (1850-1869).**

BOLSISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
**GUILHERME MIRANDA NAMAN**

ORIENTADORA  
**BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN**

**SUB-PROJETO**  
O ABOLICIONISMO NAS DÉCADAS DE 1850 E 1860: A SOCIEDADE CONTRA O  
TRÁFICO DE AFRICANOS E O PHILANTROPO

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

RELATÓRIO FINAL

BOLSISTA: GUILHERME MIRANDA NAMAN  
ORIENTADORA: BEATRIZ GALLOTTI MAMIGONIAN

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2010.

## ÍNDICE

1. RESUMO, 4
2. INTRODUÇÃO, 6
  - 2.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, 8
  - 2.2 JUSTIFICATIVA, 14
  - 2.3 OBJETIVOS, 15
3. MATERIAIS E MÉTODOS, 15
4. RESULTADOS FINAIS, 18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 28
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 29

## 1. RESUMO

Este relatório é fruto da leitura, fichamento e análise do periódico semanal **O Philantropo**, um dos primeiros periódicos com tendências abolicionistas do Império brasileiro. Trata-se da execução do plano de trabalho vinculado ao projeto “Os direitos dos africanos na era da abolição” coordenado pela professora Beatriz G. Mamigonian. Publicado entre abril de 1849 e junho de 1852, o jornal foi espaço para discussão de temas importantes do período, entre eles a abolição do tráfico e da escravidão em geral, o processo de colonização do Brasil, e ainda a “civilização dos indígenas”. O jornal era veículo da “Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização e civilização dos indígenas”, que era composta por homens de diversas profissões e ocupações sendo muitos deles políticos, em geral liberais. Alguns também eram membros do IHGB, entre eles um sócio-fundador, Joaquim Manuel de Macedo.

Sem deixar de considerar os artigos sobre a colonização do Brasil e a “civilização” dos indígenas, o relatório focaliza nos artigos sobre a abolição do tráfico e da escravidão. Portanto demos atenção às diversas denúncias de escravidão ilegal, de conivência das autoridades com o tráfico e de uso de mão-de-obra escrava em instituições públicas e ordens religiosas; não passou despercebida também a ligação que os homens públicos da época faziam entre o tráfico de africanos e as inúmeras moléstias que afligiam a capital e outras províncias do Império. Trata-se de analisar o caráter e as estratégias do abolicionismo, principalmente da Sociedade e do seu órgão de imprensa durante a crise que levou à promulgação da lei Eusébio de Queirós. A análise do material permitiu-nos atentar para algumas nuances dessa primeira fase do abolicionismo brasileiro, que em muitas ocasiões transitou entre o combativo – fazendo denúncias de autoridades envolvidas com o tráfico e propondo maneiras de abolir tanto o tráfico quanto a escravidão – e o conservador, que muitas

vezes calou-se a respeito da abolição imediata defendendo a emancipação apenas gradual. Outra tarefa importante foi o levantamento nominal dos membros da “Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização dos indígenas”, e a identificação, a partir dos seus nomes, das suas profissões e participação política.

**PALAVRAS CHAVE:** abolição do tráfico de escravos, abolicionismo, imprensa, diplomacia, política imperial

**Pesquisador de Iniciação Científica:** Guilherme Miranda Naman

**Orientadora:** Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian.

Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura. Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Sala 310 - Bloco D; Florianópolis - Santa Catarina; Caixa postal: 5001 - CEP: 88040-900 (<http://www.labhstc.ufsc.br>)

## 2. INTRODUÇÃO.

A história da escravidão não é assunto de interesse apenas da academia. Não são apenas os especialistas que se preocupam com a temática. O interesse do grande público é demonstrado pelo fato de filmes, novelas e outros programas de televisão explorarem esse tema, que nas últimas décadas passou por importantes renovações historiográficas e continua sendo um dos assuntos mais estudados pela historiografia sobre o Brasil. Penso que as pesquisas quando feitas, logicamente, não devem ser para ficarem “isoladas” nos círculos acadêmicos, sendo conversa entre especialistas. Entendo que um dos objetivos principais é avançar no conhecimento sobre alguns temas, com o objetivo de que isso seja incorporado nos materiais didáticos e nos outros meios de difusão do conhecimento histórico, para levar à reflexão crítica acerca do mundo atual e da sociedade em que vivemos.

A pesquisa que realizamos, que num primeiro momento se fixou principalmente na análise do periódico **O Philantropo** e na leitura da bibliografia, contribuiu para perceber o percurso espinhoso por que passaram os debates acerca de questões como o tráfico de escravos e a própria escravidão no século XIX. Imerso na pesquisa, fui percebendo a complexidade e a importância do período estudado para a história do Brasil. Trata-se de um período de intensos debates, onde cotidiano, política e economia eram discutidos e rediscutidos à luz de muitos acontecimentos internos e externos. À pressão inglesa, soma-se a “pressão interna”, composta por abolicionistas brasileiros, pelas epidemias supostamente trazidas pelos navios do comércio de africanos e pela própria pressão dos homens e mulheres escravizados.

No início do século XIX, a Inglaterra pressionou Portugal e outras nações para abolir o tráfico de escravos africanos. Após a independência, o Brasil assinou, em 1826, um tratado com a Inglaterra, para em 1830 abolir o tráfico de africanos. Em 07 de novembro de 1831, a Regência aprovou a lei que impunha proibição e repressão nacional para o tráfico de africanos

para o Brasil. Ainda assim, de 1831 a 1850, centenas de milhares de pessoas foram escravizadas ilegalmente, à revelia tanto dos acordos internacionais (tratados) quanto da lei nacional. A pesquisa e análise desse período é de extrema importância para a história do Brasil, e particularmente a história social do direito e a história do trabalho.

As escolhas de manter sob escravidão ilegal pessoas livres, e não considerá-los “africanos livres” foram opções tomadas neste momento pesquisado, que “condenaram” à escravidão não só aquelas pessoas, os africanos escravizados ilegalmente, como seus filhos, seus netos, seus bisnetos. Outros, se não foram condenados à escravidão, foram condenados à pobreza, às dificuldades, à duradoura exploração do trabalho e, não menos importante, ao estigma e ao preconceito. Quando falo em escolhas, logo acima, é porque inúmeras vezes também se colocavam contra o tráfico e contra a escravidão. Uma dessas vezes, foi o periódico abolicionista **O Philantropo**, jornal que em setembro de 1850 teve sua autoria assumida pela “Sociedade contra o tráfico de africanos, e promotora da colonização, e civilização dos indígenas”.

Esta Sociedade, que escolheu como data para sua fundação o dia 07 de setembro de 1850, era composta por homens de diversas profissões e ocupações, muitos com experiência na política – em geral eram liberais – ou influentes entre os políticos do Império. A Sociedade era composta por muitos médicos, militares, bacharéis, negociantes, professores; alguns engenheiros e presbíteros, e uns poucos fazendeiros. Muitos, entre os sócios, já tinham ou depois receberam títulos: barões, Cavaleiros ou Comendadores da Ordem de Cristo, Viscondes, Condes, etc. É importante dizer que muitos também eram membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre eles um sócio-fundador, Joaquim Manoel de Macedo. Muitos membros da sociedade, também eram membros de outra sociedade importante, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, sociedade civil de direito privado fundada em 1831. O objetivo principal da SAIN era fomentar as práticas, procedimentos,

descobertas científicas em prol do progresso brasileiro. Assim, seu intento era explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país. É importante lembrar que a SAIN, nasceu sob a jurisdição do Governo, ligada ao Ministério dos Negócios do Império; segundo Barreto, estava voltada para a transformação de uma agricultura rotineira e esgotada, em uma atividade moderna revigorada por insumos e pelo desenvolvimento tecnológico (BARRETO, 2008).

Devo dizer que a leitura d'**O Philantropo** foi realizada com algumas preocupações metodológicas em mente. Nesse sentido, é importante falar do jornal como voz de um grupo, que manifesta seus interesses. **O Philantropo**, apesar de se declarar isento de partidos políticos, foi um periódico extremamente politizado, com debates, posições e sugestões quanto aos rumos políticos do país. Para esta reflexão, acompanho Maria Helena Capelato, para quem o estudo dos jornais é muito importante para a compreensão de um período histórico, já que a imprensa é “instrumento de manipulação de interesses, agente da história que ela também registra e comenta” (CAPELATO, 1989). Os jornais como sabemos, não fornecem notícias neutras; Capelato mostra as intensas e constantes mudanças de enfoque e de opinião de alguns periódicos paulistas, que estão sempre tentando se ajustar aos seus interesses e conveniências. Foi nessa chave que li o jornal **O Philantropo**, sabendo também que ele foi um órgão e a voz de um grupo e, portanto manifestou os seus interesses e visões de mundo.

## 2.1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Uma das primeiras leituras realizadas durante a vigência do projeto, foi a do livro **O infame comércio**, de Jaime Rodrigues. Neste trabalho, o autor discute algumas especificidades das discussões sobre o tráfico de escravos na primeira metade do século XIX, sem considerar a abolição deste tráfico uma etapa inicial do processo de abolição gradual da escravidão. Outra



preocupação do livro é desviar o foco sobre o papel determinante da pressão inglesa no término do tráfico e explorar outros atores e motivações. Utilizando como fontes os debates parlamentares na Câmara e no Senado; as memórias sobre a escravidão escritas na primeira metade do século XIX; processos de apresamento de navios negreiros e correspondências entre autoridades centrais, provinciais e locais referentes à repressão do tráfico, o autor analisa as discussões dos contemporâneos acerca do tráfico de escravos e dos problemas com a mão-de-obra. Neste sentido, Jaime Rodrigues fala dos indígenas, que teriam surgido no discurso da elite política como o substituto ideal do escravo africano, e comenta a questão da “corrupção dos costumes”, idéia presente em muitos discursos de letrados.

Para o autor, alguns motivos podem ser utilizados para tentar explicar o porquê de o tráfico ter sido extinto apenas em 1850 e não em 1831; entre eles estão as opções para construção de um mercado de mão-de-obra, que teria se expandido; o vínculo estreito entre “corrupção dos costumes” e escravidão; a manutenção do direito sobre a propriedade existente e ainda a pressão dos britânicos e a questão da soberania do Brasil perante esta pressão. Somado a isso, continua Rodrigues

aliava-se a identificação dos traficantes a piratas. A separação entre os interesses senhoriais e os do traficante, do ponto de vista moral e legal-ainda que não seja um elemento determinante-propiciava o apoio relativo dos senhores de escravos das províncias à nova lei, já que eles não estavam mais ameaçados pela justiça por comprarem homens livres e reduzi-los, ilegalmente, à escravidão. Se a tudo isso somarmos o crescente medo das ações coletivas dos escravos contra o cativo, é razoável afirmar que a conjuntura de 1850 mostrou-se bastante apropriada para aplicar a proibição do tráfico com maior eficácia, desde que a lei fosse- como era- mais branda com os proprietários. (RODRIGUES, 2000:118)

Como seria de extrema importância conhecer algumas questões sobre a política Imperial, e a relação entre as elites regionais e o processo de formação do Estado Nacional, lemos e discutimos o texto “Elites regionais e a construção do Estado Nacional” (DOLHNIKOFF, 2003). O texto procura mostrar que a unidade territorial e a construção do Estado não foram engendrados apenas por uma elite bem-formada, nacionalizada e acomodada no interior do

Governo Central, e sim obra de negociações e embates entre as várias elites regionais e a elite imperial. Estes grupos provinciais, segundo a autora, também constituíram-se em elites políticas e seus desejos de autonomia não eram sinônimo de miopia localista (DOLHNIKOFF, 2003:432). A autora afirma que apesar das demandas autonomistas, as elites regionais não repeliam por completo o projeto de um só país, sob direção do Rio de Janeiro. Isso porque tinham interesse na preservação da sociedade escravista, o que só seria possível, principalmente com a união política para enfrentar os obstáculos e as vozes contrárias ao tráfico e à escravidão. Força política significava um Estado forte para preservar a ordem interna, frequentemente abalada por revoltas escravas e de homens livres pobres, e forte o suficiente para enfrentar as pressões britânicas.

Uma questão apontada pela autora e importante de ressaltar, é que as assembleias provinciais mantiveram, mesmo com a Interpretação do Ato Adicional em 1840 e da reforma do Código do Processo Criminal, autonomia para construir uma força policial da província, o que garantia à elite regional capacidade de exercer parte do poder coercitivo estatal. Esta questão é importante para o nosso projeto, porque nos dá uma dimensão da importância do aparato coercitivo como instrumento nas mãos das elites regionais para manter a ordem interna, e muitas vezes “driblar” leis antitráfico nacionais. Isso porque mesmo que as leis viessem “de cima”, do Governo Imperial, quem controlava, ou não, no cotidiano a entrada de africanos novos nas províncias era prioritariamente a força policial local.

Outro livro importante no tangente às questões de política imperial com o qual tivemos contato, foi **O Tempo Saquarema**, de Ilmar Rohloff de Mattos. Aqui o autor analisa a política do Estado Imperial e a predominância do Partido Conservador, e dentro deste a ascensão do grupo Saquarema, do Rio de Janeiro. Para isso fala da constituição da “classe senhorial”, que segundo ele não era formada apenas por plantadores escravistas, mas também muitas vezes por comerciantes que os viabilizavam, e ainda pelos setores burocráticos, “que

tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios”. (MATTOS, 1987: 68) O autor fala também de uma “política de casamento”, que tendia a atrair para a órbita das classes senhoriais, jovens oriundos de famílias não proprietárias de terras, “bacharéis em Direito quase sempre, os quais obtendo ingresso na alta burocracia e no parlamento constituir-se-iam em seus representantes políticos”(MATTOS, 1987: 78) Outro ponto importante, e que toca diretamente o nosso projeto, é a pressão inglesa e o medo de insurreições escravas. Nesse sentido, Mattos afirma que tanto um, quanto o outro, eram razões que propiciavam a aproximação dos setores proprietários.

Um dos livros fundamentais para se estudar o tráfico de escravos para o Brasil, e que não poderia ficar de fora do projeto, é o clássico **A Abolição do tráfico de escravos no Brasil**, do “brasilianista” Leslie Bethell. O livro, publicado na década de 1970, possui como contribuição principal a análise detalhada da pressão inglesa para o fim do tráfico de escravos para o Brasil. Fazendo uso de vasta documentação, como tratados internacionais; correspondência de diplomatas; relatórios das comissões mistas; diversos tipos de correspondências entre Londres e Rio de Janeiro; anais do Senado e da Câmara dos deputados, além de jornais, livros e panfletos contemporâneos, etc., Bethell afirma que a Inglaterra, por possuir poder financeiro e, por ser a “dona do mar”, devido ao seu potencial bélico e a grande frota, tinha condições de exercer forte pressão sobre outras nações para abolir o tráfico. Diz o autor que além das considerações morais, a Grã-Bretanha precisava que os territórios concorrentes das ilhas caribenhas, principalmente Cuba e Brasil, ficassem em pé de igualdade nas condições de produção do açúcar. Uma das teses do autor é a de que os proprietários de terra e donos de escravos brasileiros deram apoio a uma monarquia independente, com a intenção de tentar escapar à pressão britânica sobre Portugal para a abolição do tráfico, haja vista que Portugal já havia assinado alguns tratados para extingui-lo. Outra questão importante do livro diz respeito ao término do tráfico, e suas consequências

para a mão-de-obra. Bethell diz que com a redistribuição da população escrava que já existia, e um considerável aumento da imigração européia, após 1850, “a abolição do tráfico não teve o desastroso efeito sobre o fornecimento de mão-de-obra à crescente agricultura brasileira” (BETHELL, 1976: 356). Um dos pontos do livro que também atinge nosso projeto, são os argumentos dos abolicionistas para o fim do tráfico. Assim como na leitura que fizemos do periódico **O Philantropo**, o livro de Bethell indica a existência entre a elite, de forte preconceito racial em argumentos como a degradação moral e a barbárie trazida pelos africanos a um país já atrasado, e o receio da ameaça cada vez maior à segurança nacional e ao domínio branco, advindos daquele inimigo negro. Bethell cita o editor do jornal **Aurora Fluminense**, Evaristo da Veiga na segunda metade da década de 1830 utilizando de argumentos de inferioridade racial dos africanos para defender o fim do tráfico. Evaristo da Veiga, lembra Bethell, era um dos fundadores da entidade abolicionista “Sociedade defensora da liberdade e independência nacional”, que patrocinou a publicação em 1837 do estudo abolicionista “Memória Analytica acerca do Comércio de Escravos”, de Frederico L.C. Burlamaque, um dos personagens importantes da nossa pesquisa.

Falando de uma mudança na opinião pública brasileira a respeito do tráfico, Bethell afirma que o movimento de opinião a favor da abolição do tráfico estava centrado em bases mais políticas, econômicas, e sociais do que humanitárias. Cita os jornais abolicionistas como **O Monarchista**, **O Contemporâneo**, **O Grito Nacional** e, “principalmente, a partir de abril de 1849, **O Philantropo** (os dois primeiros, como o Correio Mercantil, financiados em parte pela legação britânica)” (BETHELL, 1976: 296). A maioria não durava muito segundo o autor. Bethell faz outra referência breve ao nosso objeto de estudo, **O Philantropo**, em uma nota na página 316, citando rapidamente também a Sociedade contra o tráfico de africanos, promotora da colonização e civilização dos indígenas, quando discorria sobre o terreno que os sentimentos abolicionistas vinham ganhando em 1850. Para fechar as observações sobre o

livro de Bethell, é importante dizer que para o autor, a lei do ventre livre, vinte anos após a abolição do tráfico, destruiu a segunda fonte vital de escravos e, “pela primeira vez, tornava certo, embora não imediato, o fim da escravatura no Brasil” (BETHELL, 1976: 364).

Outro autor que enfatiza a participação britânica na abolição do tráfico é Robert Conrad. Em seu livro **Tumbeiros: O Tráfico de escravos para o Brasil** (CONRAD, 1985), o autor afirma que a pressão britânica foi mesmo o principal motivo que levou ao fim do tráfico. No início do texto, Conrad enumera dois fatores principais que motivaram o comércio de escravos para o Brasil e mantiveram a demanda mesmo depois da proibição: déficit populacional da mão-de-obra, devido, entre outras coisas, ao descaso com a saúde, às punições, ao trabalho excessivo, às rebeliões, às alforrias, ao menor número de mulheres em relação aos homens, etc.; e à grande facilidade e baixo custo dos trabalhadores na África.

Ao falar sobre a política imperial, o autor diz que os governos liberais foram mais ativos contra o tráfico, enquanto os conservadores eram mais coniventes com o tráfico ilegal. Segundo Conrad, as medidas tomadas para a execução da lei em 1831 e nos anos seguintes indicaram uma grande determinação do governo liberal em abolir o tráfico; o autor inclusive, considera extraordinário o artigo que autorizava os africanos que acreditassem ter sido importados após a data da proibição a apresentar-se pessoalmente às autoridades. O autor também não deixa de responsabilizar britânicos e norte-americanos pela participação no tráfico. Segundo ele alguns súditos britânicos apoiavam o tráfico de diversas maneiras. A British and Foreign Anti-Slavery Society, em 1840 dizia que alguns súditos britânicos forneciam mercadorias, banqueiros financiavam expedições para o tráfico, outros ainda eram donos de estabelecimentos em Cuba e no Brasil que empregavam escravos.

Quanto ao nosso objeto de estudo, **O Philantropo**, Conrad faz duas pequenas referências. Primeiro quando está falando de Burlamaque, diz que este escreveu no “jornal antitráfico **O Philantropo**”. Algumas páginas adiante, Conrad faz mais uma pequena citação

do periódico, quando se referia aos jornais brasileiros e observadores estrangeiros que denunciavam maus tratos no tráfico interprovincial, muito semelhantes aos do tráfico africano. (CONRAD, 1985: 194) Anteriormente, no livro **Os últimos anos da escravidão no Brasil** (CONRAD, 1978), Conrad havia citado brevemente a Sociedade contra o tráfico de africanos, promotora da colonização e civilização dos indígenas e o próprio **Philantropo**, ao falar da dissolução voluntária da sociedade e do seu “órgão de propaganda de tão curta vida, **O Philantropo**”, e continua dizendo que “não houve qualquer organização antiescravista de qualquer porte ou popularidade no Brasil até a década de 1860 e não existiu, também qualquer jornal brasileiro que defendesse a abolição da escravidão” (CONRAD, 1978: 39).

## 2.2. JUSTIFICATIVA

Para a historiografia de modo geral, o abolicionismo teria iniciado apenas em fins da década de 1870 e início de 1880. Uma das originalidades do trabalho com a leitura d'**O Philantropo** é interpretá-lo como um periódico abolicionista, apesar de toda a sua carga de preconceitos raciais.

Logicamente o “abolicionismo” d'**O Philantropo** era menos radical do que viria a ser na década de 1880, e sua estratégia na luta contra o tráfico e contra a escravidão era através das idéias. Uma das suas táticas principais era a tentativa de estabelecer um certo clima de insegurança; o periódico, é bem verdade, não defendia entrar nas fazendas incitando escravos a fugir, como na década de 1880; mas tentamos avaliar os argumentos contrários à continuação do tráfico e da própria escravidão, em um momento em que parecia haver consenso em torno da sua manutenção. Isto é, trata-se de tentar desvendar um primeiro momento do abolicionismo antes da geração de Joaquim Nabuco.

### 2.3. OBJETIVOS

Na historiografia, a Sociedade contra o tráfico de africanos, promotora da colonização e civilização dos indígenas é discutida como um episódio efêmero e deslocado do abolicionismo, movimento que só teria se difundido a partir de 1880. Neste relatório eu não posso ainda fazer um quadro completo do abolicionismo brasileiro nas décadas de 1840 e 1850; mas posso sim apontar algumas características, justificativas e formas de atuação de certos personagens, políticos, médicos, escritores, etc. que por diferentes motivos passaram a escrever no **Philantropo** contra o tráfico de africanos e contra a escravidão. Devo dizer que, apesar do próprio **Philantropo** se autodefinir como um periódico de cunho abolicionista, não podemos pensar num grupo totalmente coeso e homogêneo, apesar de possuírem provavelmente muitos interesses em comum, ou provavelmente não formariam uma Sociedade. Durante a análise dos diversos artigos do periódico, pude perceber que em muitos momentos os autores dos textos tinham concepções diferentes quanto à forma e o tempo que levaria para abolir a escravidão. Um dos objetivos, depois de ter lido e fichado todos os números do jornal, foi o de separar os artigos por temas e subtemas, identificá-los e compará-los com outros debates da época. Faz parte dos objetivos também disponibilizar os fichamentos para futuras pesquisas. Outro objetivo importante foi a elaboração de um índice temático dos artigos contidos n'**O Philantropo**, já que se trata de um material muito extenso e também muito rico, que possibilita vários caminhos de pesquisa.

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho de pesquisa envolveu a leitura de todos os números disponíveis do periódico "**O Philantropo**", digitalizados pela professora Beatriz Mamigonian no acervo do Arquivo Edgar Leuenroth (adquiridos da Biblioteca Nacional). Abrangem o período de abril de 1849 a junho de 1852, totalizando 118 números disponíveis dos 138 publicados. Além da

leitura, os periódicos foram fichados número a número e indexados por palavras-chave, sendo que a leitura se concentrou principalmente nas questões ligadas à abolição do tráfico de escravos ao problema da substituição da mão de obra e aos debates e sugestões para a colonização do Brasil.

O que a leitura d'**O Philantropo**, e da bibliografia de apoio nos mostra, é que a questão da abolição do tráfico foi muito complexa. Inúmeros foram os debates a respeito desse tema. Apesar do imenso interesse de muitos fazendeiros e traficantes de que o tráfico continuasse, também foram inúmeras as vozes que se levantaram contra a continuidade deste mesmo tráfico. De certa forma, faz parte dos objetivos do projeto, entender as condições que levaram ao fim do tráfico em 1850, e não antes, em 1831 quando foi promulgada a primeira lei. O periódico analisado nos fornece alguns indícios para responder a essa questão. Seu maior interesse, como o próprio periódico nos fala, “é combater a escravidão doméstica entre nós, demonstrar seus negros males, e apresentar os mais seguros meios de a extinguir, e prevenir seus funestos resultados.” (PHILANTROPO, 13/04/1849: 1). Em seus números iniciais, o periódico apela para os sentimentos cristãos e humanitários dos brasileiros. Suas justificativas para terminar com o tráfico e com a escravidão passam por argumentos humanitários, religiosos, morais, econômicos e de segurança nacional. A grosso modo, o periódico começa tentando sensibilizar os leitores através de apelos humanitários e religiosos. Para isso, os artigos mostram a odiosidade do tráfico e as péssimas condições dos africanos durante e após as viagens. Muitos artigos do periódico perguntavam como a religião de Cristo, que segundo **O Philantropo** aboliu a escravidão da história, podia aceitar entre seus seguidores pessoas que possuíam escravos. Nesse sentido, os artigos traziam diversas prescrições da Igreja contra a escravidão. Em muitos números, o periódico critica as ordens religiosas que possuíam escravos. A condenação moral do tráfico também esteve presente em vários números d'**O Philantropo**. O jornal se referia às nações civilizadas dizendo que nestas



não havia mais tráfico. Dizia também que um país com escravos não alcançaria o progresso. A criação juntos aos escravos era nociva para as crianças brancas, segundo o jornal; assim como seu comportamento muitas vezes era considerado inadequado.

Os argumentos econômicos passavam pela idéia de que o trabalho livre era mais vantajoso do que o escravo, pois este último custava caro, tinha alta taxa de mortalidade e de manutenção, enquanto o trabalhador livre seria remunerado por salário e seu trabalho seria voluntário, portanto mais produtivo. Além disso, haviam argumentos morais e religiosos a atacar a escravidão. Também podemos perceber em vários números do periódico a questão da soberania nacional frente aos ataques britânicos, assim como a preocupação quanto ao número crescente de africanos no país, o que se tornava um perigo, segundo o jornal. Preocupados também estavam os redatores do periódico com a “corrupção dos costumes” e a má influência trazida pelos africanos. É muito interessante acompanhar através da leitura do mesmo periódico o crescente sentimento de repulsa aos estrangeiros, espanhóis e principalmente portugueses. Se tratando dos principais comerciantes de escravos do período, os portugueses eram frequentemente atacados pelos artigos d’**O Philantropo**.

Além disso pesquisei para fins de análise e comparação, o discurso do então conselheiro Eusébio de Queirós, feito na Câmara de Deputados em 16 de julho de 1852. Neste discurso, Eusébio polemiza com o encarregado de negócios britânico, Sr. Hudson, a respeito da responsabilidade de acabar com o tráfico de escravos. Eusébio começa disparando que a questão do tráfico não é uma questão de partido, e sim uma causa nacional; continua o seu discurso enfatizando que foi a nação brasileira que extinguiu o tráfico, e não por pressão britânica. Fala da lei de 1831 como sendo de boa intenção dos homens da época, mas que era contrária às necessidades da nação. Segundo o autor, “o tráfico no Brasil prendia-se a interesses, ou, para melhor dizer, a presumidos interesses dos nossos agricultores; e num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse em

favor do tráfico” (QUEIROS, 1852: 209). Quando se refere a algumas causas que levaram ao fim do tráfico, Queiroz cita o “despertar” dos agricultores para os prejuízos que vinham sofrendo com a morte de escravos importados, além de alguns acontecimentos – leia-se rebeliões de escravos – que foram provocando “terror” na população do Império, levando a uma opinião contrária ao tráfico (QUEIROS, 1852: 210).

Outros materiais foram analisados para podermos confrontar e compará-los com as teses e argumentos d’**O Philantropo**. Por isso, lemos o texto de Frederico L.C. Burlamaque, “Memoria analytica acerca do commercio d’escravos”, de 1837, publicado posteriormente no próprio **Philantropo**, além de algumas discussões nos Anais da Câmara entre 1849 e 1852.

#### 4. RESULTADOS FINAIS

Através da leitura do periódico e de outros materiais, podemos perceber o quanto este momento pesquisado foi intenso e importante para o futuro do império brasileiro. Os debates estavam na mesa. Os argumentos pró e contra o tráfico estavam postos, e dos dois lados eram inúmeros. Não foram poucas as sugestões para o governo substituir os escravos por mão-de-obra livre, a partir das colonizações internas e externas, além da criação de escolas agrícolas e abertura de estradas e vias de comunicação. O grupo que publica os artigos d’**O Philantropo**, inicialmente anônimo, participa deste debate. Para o jornal, “a colonização interna [se daria] reunindo os vagabundos e desafortunados de nossas cidades em campos bem distribuídos. A externa por meio de publicações nossas, em diversas línguas.” (O PHILANTROPO, 20/04/1849). Segundo o jornal, se gastava muito dinheiro com a importação de escravos que pouco serviam devido aos tratamentos a que estavam sujeitos e pela sua mesquinha condição. O dinheiro gasto com a importação de africanos daria para trazer colonos europeus, e ainda educar os “nossos” para a vida na lavoura, com a criação das escolas agrícolas.

Para falar d'**O Philantropo**, e dessa fase do abolicionismo brasileiro, se faz necessário retomar um texto importante, que serviu de base para muitos escritos publicados no **Philantropo** mais de uma década depois. Falo aqui do manifesto intitulado *Memoria Analytica Acerca Do Commercio D'Escravos*, de Frederico Leopoldo César Burlamaque, publicado em 1837. Este texto, que foi fruto de discussões na *Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional*, sediada no Rio de Janeiro, tinha os seguintes objetivos:

1ª. Mostrar a odiosidade toda do Commercio de escravos, refutando sophismas com que usão defendel-o os seus apologistas; 2ª. Expende os meios por os quaes a introduccão dos escravos Africanos pode ser supprida, quer mandando vir colonos por conta de particulares, quer admittindo machinas que simplifiquem e facilitem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes, e procurando indirectamente removêl-os das Cidades para os Campos; 3ª. Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que pódem prestar braços cativos, forçados ao trabalho; 4º. Fazer vêr a nociva influencia que a introduccão de escravos Africanos exerce em nossos costumes, civilisação, e liberdade (BURLAMAQUE, 1837, 4).

Burlamaque fala na introdução que é por meio de escritos cheios de “lógica” que a população proprietária iria começar a se convencer da inutilidade dos escravos “essa multidão de infelizes, que só servem para desmoralisar nossos costumes e atrasar todas as nossas cousas”. Seu texto inicia falando dos piratas barbacosos que reduziram à escravidão centenas de cristãos. Segundo o autor, os cristãos que escravizavam seus semelhantes eram ainda piores do que os “bárbaros” barbacosos, já que os últimos “obravam consequentemente com a sua crença religiosa, que lhes ordena a destruição de seus inimigos”. Para o autor, os maiores culpados pela introdução ilegal de africanos no país são os portugueses. Alguns anos antes do periódico, parece-nos que já havia se tornado uma estratégia de combate dos abolicionistas culpar os portugueses pelas mazelas do Império. O autor também mostra que seu abolicionismo é repleto de preconceitos raciais quando pergunta se “Entrarão de continuo nos nossos portos muitos e muitos navios, depois de terem lançado nas costas um multidão de infelizes que trazem consigo a peste, o atrazo social, e o perigo”? (PHILANTROPO, 06/04/1849, 1)

Para o autor, muitas guerras foram intensificadas em África para aumentar o número de escravos para o comércio; e segundo ele, se o comércio de escravos cessasse, as guerras cessariam em parte. Nesse manifesto, publicado como já foi dito em 1837, o autor já fazia algumas críticas à atuação da Igreja, e à forma como a religião Católica era “ensinada” aos africanos aqui chegados, que segundo ele era através de castigos. Após criticar os cristãos de várias “seitas” por participarem do comércio de escravos, o autor elogia os Quakers e os Metodistas pela suas atuações no combate à escravidão. Burlamaque também chama a atenção para as condições insalubres dos navios negreiros; pinta um quadro negro da escravidão nas fazendas e nas cidades, onde segundo ele reinavam os castigos físicos e os maus-tratos aos escravos, e conseqüentemente o medo de insurreições por parte dos senhores. Nesse sentido, o autor tenta sensibilizar os leitores tentando mostrar que a escravidão tem tornado não só os escravos pessoas brutas, mas também os seus senhores – esses por sinal estavam se tornando especialistas em tortura segundo Burlamaque – haja vista a violência e crueldade que envolviam as relações entre senhores e escravos. Nesse quadro geral do texto de Burlamaque, devo dizer que o autor manifestava certo pessimismo em relação ao cumprimento da lei que extinguiu o tráfico, e para ele seria “natural” que a introdução de africanos durasse enquanto alguma nação estrangeira “nos não obrigue pela força à extinção d’este commercio” (O PHILANTROPO, 04/05/1849, 2). Burlamaque também se perguntava o porque da não utilização da mão de obra indígena na agricultura, questões essas repetidas e repensadas n’**O Philantropo**.

Através dos artigos publicados n’**O Philantropo**, podemos perceber a crescente preocupação com os africanos importados ilegalmente. Diz o jornal que “os africanos livres, importados desde tanto tempo à nossas praias, podem um dia reivindicar o jus de estrangeiros, e sacudirem as imposições de que os sobrecarregamos hoje, sem prevermos os resultados desta nossa imprevidência” (O PHILANTROPO, 1849, 13/04/1849: 3).

Como já dissemos, o abolicionismo do periódico, assim como de Frederico Burlamaque inclui argumentos racistas e preconceituosos; além de manifestar o desejo de que os africanos e seus descendentes voltassem imediatamente para a África, sugerindo inclusive uma colônia brasileira do outro lado do Atlântico. Para tanto, o periódico diz que vai “estudar todos os meios de substituir os braços escravos, de promover as colonizações e de reexportar os libertos e mesmo os homens de cor nascidos no Brasil que à isso anuissem, para uma colônia brasileira na costa d’Africa” (O PHILANTROPO, 11/05/1849: 3). Alguns números adiante o periódico reforça a idéia de se livrar dos africanos, dizendo que “podemos colonizar ao sul da África alguma terra marítima da Guiné Meridional e para lá mandar os africanos livres, os libertos e mesmo os homens de cor que nisso quizerem assentir, A população negra diminuirá consideravelmente”. (O PHILANTROPO,01/06/1849: 2)

As questões presentes n’**O Philantropo** podem nos levar para diversos caminhos, já que o periódico fala sobre o fim do tráfico, sobre a escravidão, colonização e civilização dos indígenas e também de questões como divisão de terras para melhorar a produção, a existência de colônias militares, o comércio nas mãos dos estrangeiros, entre outros temas. A maior parte dos artigos publicados n’**O Philantropo** aborda os principais debates da política imperial. Devemos apontar também, que, apesar dos vários artigos em que os autores se dizem isentos de partidos políticos, e afirmam considerar as questões do tráfico e da colonização questões nacionais e não de partido, **O Philantropo** publica em muitos artigos uma crítica à atuação do partido conservador. A “sombra” liberal aparece disfarçada em alguns artigos, mas no dia 23 de agosto de 1850 - edição de número 73 do jornal – ela quase se nomeia, e conclama todos os liberais para aderirem a causa abolicionista. Diz o autor, que permaneceu anônimo: “reúnam-se todas as folhas liberaes, e inimigas d’esses monstros, que nos envilecem, em torno do pavilhão inglez, só para esse fim, que logo que a Inglaterra tiver entre nós um partido em que escorar-se, em breve veremos decapitado o monstro inimigo

commum percebendo com isso todos a mais real vantagem”. Não pode passar despercebida a alusão ao papel da Inglaterra nesse contexto, já que o periódico foi acusado pelos opositores de receber dinheiro dos britânicos. Nesse mesmo número citado acima, o periódico não deixou de fazer uma provocação ao partido governista: “Infelizmente, não é de hoje o trafico entre nós; porém nunca tão descarado como no governo da *tolerancia*”. Manifestando a dificuldade de abolir o tráfico em curto prazo, e de certa forma admitindo uma suposta incapacidade do próprio Império Brasileiro de executar a lei de 1831, o periódico praticamente pede a ajuda dos britânicos, dizendo que “ nós só vemos um meio a por dique a isso: empenhe-se a Inglaterra nesse projecto”.

Se em algumas ocasiões a critica aos conservadores era velada, em outras era extremamente ácida e explícita, como num artigo publicado na folha *Imprensa* de Pernambuco, reproduzida no *Philantropo*, onde os Saquaremas são chamados inclusive de amigos do tráfico: “O partido saquarema é iminentemente amigo do trafico; a mor parte de seus membros, muitos de suas capacidades e grandes influencias entendem que só com escravos póde florescer a nossa lavoura”. Em compensação, quando os Liberais estavam no poder “nunca se derão os factos e os escandalos, que todos os dias agora estamos presenciando” (O PHILANTROPO, 21/02/1851).<sup>1</sup> Podemos pensar a disputa dos partidos também como uma disputa pelo reconhecimento histórico. Tanto Conservadores quanto Liberais, parecem disputar os louros da abolição do tráfico, quando não estavam acusando uns aos outros de conivência com os traficantes, estavam mostrando números do tráfico, para discutir em que governo – se no dos Liberais ou no dos Conservadores – o tráfico foi mais intenso. Poderíamos talvez, dado o que foi dito acima, classificar apressadamente o periódico apenas como uma “arma” na luta entre os partidos pela sucessão do poder. Porém pensamos

---

<sup>1</sup> O *Philantropo* publicava textos do periódico pernambucano “*Imprensa*” e continuou publicando depois da lei Eusébio de Queirós denúncias da chegada de africanos novos na província, que contava com o apoio das autoridades locais.

que o periódico **O Philantropo** pode ser visto também como uma “janela” para fase anterior àquela reconhecida do abolicionismo. Como já foi dito, este abolicionismo de metade do século XIX era calcado em preconceito e manifestava frequentemente o seu incômodo com a presença considerada nociva dos africanos. Certo também é que esse abolicionismo era bem menos radical que o abolicionismo posterior, e a sua ação era travada principalmente por meio das idéias, das sugestões para suprir mão de obra, enfim, por meio do debate, frequente em alguns periódicos da primeira metade do século XIX. Quanto ao periódico **O Philantropo**, podemos dizer talvez que se tratasse de um abolicionismo conservador. O periódico começa dizendo que vai lutar contra o tráfico e contra a escravidão e faz duras críticas à convivência com o tráfico ilegal e à existência de escravos nas ordens religiosas e instituições públicas, porém ao longo da sua existência, particularmente depois da lei Eusébio de Queirós vai se tornando um combatente menos “radical” em relação à abolição da escravidão. Com o passar do tempo, e principalmente quando se multiplicavam casos de aprisionamento de navios e invasões da policia a depósitos de africanos após setembro de 1850, o periódico parece se convencer de que o tráfico estava em vias de extinção, e então os artigos passam a ser mais brandos, menos combativos em relação ao término da escravidão. Em outras palavras parece que o jornal quer dizer o seguinte: abolindo o tráfico estaremos em conforme com as leis e tratados internacionais, e também abolimos de certa forma a pressão inglesa; porém agora não precisamos ter tanta pressa para abolir a escravidão, e devemos lembrar sempre da questão da propriedade. No manifesto escrito em 22 de outubro de 1850, e publicado no número 85 do **Philantropo**, de 15 de novembro de 1850, a “Sociedade contra o trafico de africanos, e promotora da colonisação e da civilização dos indigenas” se mostra menos combativa, afirmando não querer a abolição repentina da escravidão, e pedindo que “não se propale, porém, calumniosamente que a sociedade contra o trafico é abolicionista, que pretende a emancipação repentina dos escravos no Brasil. É isto uma falsidade revoltante digna dos

espíritos que a ousarem conceber. Senhores, todos os membros da *sociedade* não se lembrariam de fazer uma subversão em seus próprios bens, e muito menos na economia de um povo inteiro, ainda não preparado a receber tal catastrophe” (O Philantropo, 15/11/1850:1).

Apesar do constante ataque ao tráfico e dos ataques frequentes aos traficantes e às autoridades que os protegiam, o periódico dificilmente condenou os fazendeiros que compravam os escravos do tráfico ilegal. Após a lei Eusébio de Queirós, de 1850, abolindo o tráfico de africanos, o jornal continua denunciando os desembarques e criticando as autoridades, mas não se manifesta em relação aos milhares de africanos já escravizados ilegalmente, ou melhor, até se manifesta, mas para dizer que se deveria respeitar a propriedade existente.

Uma outra questão importante identificada na análise do periódico foram os constantes ataques ao clero e às ordens religiosas por possuírem escravos. **O Philantropo** cita o nome de algumas dessas ordens, e diz ser uma vergonha para a Igreja Católica ter entre os seus membros e devotos trabalhadores escravizados. Nesse sentido o periódico se pergunta: “será religioso, moral ou mesmo consentâneo com a sua natureza, que as comunidades religiosas entretendam a escravidão, o mais abominável dos actos da humanidade?” (O PHILANTROPO, 11/05/1849: 4). Também não escapa da crítica o próprio governo imperial. O periódico também manifesta seu repúdio quanto à utilização de escravos pelo governo, seja em suas instituições ou nas obras públicas. É interessante notar que essas críticas (ao clero e ao próprio governo por possuir escravos) foram retomadas na década de 1860 por liberais, como Tavares Bastos, por exemplo. Outra crítica contundente ao governo foi quanto ao “empréstimo” de africanos livres a particulares para servirem como escravos. Acusa o periódico: “não é raro que vejamos navios, apresados pela marinha brasileira, descarregarem em nossas praias centenas de africanos, que são distribuídos aos afilhados das pessoas do



Governo. O resto d'elles consta-nos que são recolhidos à Casa de Correção.(...) Obtido um d'esses africanos, o proprietario d'elles lhe manda ensinar um officio ou o emprega logo em seu serviço, e ahí permanece, passando de pais a filhos, e tão livremente possuido como se fosse verdadeiro escravo.” (O PHILANTROPO, 18/05/1849: 3). Não escapam às críticas do periódico as autoridades supostamente coniventes com o tráfico. Além dos nomes dos traficantes de escravos, estampados e difamados pelo periódico, foi comum durante a leitura d'**O Philantropo** encontrar também nomes e cargos de autoridades supostamente envolvidas ou complacentes com o tráfico humano. Em um artigo o periódico denuncia uma nacionalização ilegal de um navio negreiro americano pelo presidente da província do Espirito Santo; em outro o periódico se diz mais forte em seu propósito, e que não desistirá facilmente, condenando traficantes por seus atos, e os ministros por sua complacência. Nesse número, a folha acusa o Sr. Antonio Luiz Pereira da Cunha Junior, juiz municipal e delegado de policia da Villa Bella da Princeza, na provincia de São Paulo, de ser protetor e conivente com o tráfico, dizendo que

a inepecia e a ignorancia desses mesmos ministros; essas autoridades subalternas infames que se vendem pelo dinheiro daquelle que quer introduzir entre nós o africano, para o sacrificar e perder-nos para sempre; esses amigos da escravidão (pela maior parte estrangeiros) que nada se importando com o nosso futuro, nem com a nossa segurança, e nem com o credito que possamos ter fóra do paiz sacrificam tudo para a continuação do trafico. (O PHILANTROPO, 23/11/1849:1)

Uma semana depois, o periódico publica outro artigo em tom de denúncia, onde afirma que o ministro da fazenda José Rodrigues Torres não cumpriu com o seu dever e autorizou uma nacionalização de um navio (trata-se do Quiney, que segundo o periódico passou a ser chamado de Isabel Fernandes) ilegalmente. Mais uma vez acusa uma autoridade de ser conivente: “Era do seu dever mandar processar o mestre, contra-mestre, carregadores, e os que scientemente tinham consentido no seu desembarque nos Manguinhos, por que a carga era a condemnada como contrabando pela lei de 7 de novembro de 1831. Mas foi isto o que fez o ministro da fazenda, o Sr. Joaquim José Rodrigues Torres! Não. Logo: concorreu para a

nacionalização e autorizou uma ilegalidade que favorece as outras que publica e oficialmente reconheceu”. (O PHILANTROPO, 30/11/1849: 1) Além dos nomes de pessoas envolvidas, o periódico indicava também alguns locais onde haviam depósitos de africanos recém-chegados, e cobrava das autoridades algumas providências.

Outro resultado da pesquisa, foi perceber o crescente anti-lusitanismo entre muitos homens públicos do país. **O Philantropo** é bastante claro nesse ponto, e frequentemente se dirige aos portugueses como os principais responsáveis pelos males do império brasileiro. O periódico assume a opinião de que o Brasil só será independente e realmente uma nação, quando acabar com a escravidão, herança portuguesa: “Quando tivermos extinguido entre nós a escravidão, teremos completado a nossa obra de destruição e começado a regeneração e edificação da nacionalidade brasileira”. (O PHILANTROPO, 20/04/1849: 1). O apelo continua ao perguntar se os governos de outras nações permitiriam que estrangeiros traficassem em seu território, como o nosso governo permite:

Os governos de Portugal e de Hespanha, faltariam aos seus deveres, e atraiçoariam o seu proprio paiz, se consentissem que estrangeiros fossem escravizar homens á Africa, para os vender ás suas terras, postergando as leis publicas e quebrando a fé dos tratados que elles tem contrahido com nações amigas.(...) Então como é que uns Amaral e Bastos, e um Rivarosa, fazem entre nós o commercio de escravos? É obvia a resposta, nem nos demoraremos sobre este objecto em attenção no que já dissemos: isto se passa porque o nosso governo quer, porque nós somos bons de mais. (O PHILANTROPO, 22/03/1850: 3).

Como o apelo ao “nacionalismo” era uma artimanha do jornal para sensibilizar a opinião pública contra o tráfico e contra a escravidão, **O Philantropo** dedicou inúmeros artigos para falar do “absurdo” que era estrangeiros poderem possuir escravos no Brasil. Em um dos seus números, o redator afirma que mandou uma petição pedindo à Assembléia Geral Legislativa que criasse uma lei proibindo estrangeiros residentes no Império de possuir escravos. O jornal pede punições mais severas para os “contrabandistas de carne humana”, que são em sua maioria, segundo o próprio periódico, espanhóis e, principalmente portugueses. O periódico

também critica a situação do comércio a retalho do Brasil, dizendo que ele está nas mãos dos estrangeiros, tirando a oportunidade de vários pais de família brasileiros.

A batalha do periódico contra o tráfico é empreendida utilizando também de textos publicados por autores brasileiros, e textos estrangeiros republicados no jornal. Além dos apelos humanitários, o periódico aponta para o perigo que a maciça entrada de africanos pode representar para o futuro do país. Para isso **O Philantropo** publica notícias de outros periódicos de diversas províncias dando conta de rebeliões escravas pelo Brasil. Essas rebeliões, segundo o periódico, podiam se tornar cada vez mais frequentes, devido ao excesso de africanos importados. Aqui a “estratégia do medo” aparece na suposta formação de uma sociedade de negros na província do Rio Grande do Sul:

Uma d'ellas compunha-se de pardos e pretos libertos e captivos, que com topes verdes e amarelos reuniam de vez em quando sua assembléa, sócios, e convidados, bailavam todos, tanto de um como de outro sexo, completamente despidos. Os moveis da sociedade eram todos roubados. A outra, que se distinguia pelo titulo de Santo Bodum, compunha-se de negros, e vivia de feitiçarias, roubos e de dar couto a escravos fugidos. (O PHILANTROPO, 08/02/1850: 2)

Sabemos que a forma desse abolicionismo lutar contra a escravidão, conforme palavras do próprio periódico, foi através das idéias. Portanto o trabalho do redator e dos escritores do jornal, era em certa medida tentar convencer o “povo” da importancia da abolição do tráfico e da própria escravidão. Tarefa difícil se tratando de uma sociedade onde a escravidão era bem aceita, e para muitos até necessária. No início de sua trajetória, o periódico admite que a tarefa é complicada e que precisará de tempo para alcançá-la: “O povo não vê, não sente um passo, uma manifestação dos grandes em favor da extinção da escravatura; e como elle tem necessidade de ver, de sentir para comprehender, é indifferente à ella”. (O PHILANTROPO, 15/06/1849: 2) O próprio jornal dava mostras de quanto a escravidão era enraizada, demonstrando preocupação em relação às autoridades que possuíam escravos. No número 31, do dia 02/11/1849, um autor que não se identifica, reclama que o próprio Imperador, seus ministros, e os magistrados, que deveriam dar exemplos, possuem

escravos.“ Elle [imperador] o representante primeiro da nação, e que mais eminente attrahe as vistas de todos os cidadãos do Imperio: attendendo a esta qualidade, como os homens do povo, olhamos para a sua pessoa, e uma idéa triste nos foi despertada na alma: S.M.I., O primeiro funcionario do estado, possuiu escravos”. (O PHILANTROPO, 02/11/1849: 2)

Na tentativa de consolidar uma opinião pública e causar talvez certa sensibilidade, o jornal publicava artigos de escritores nacionais e estrangeiros sobre as péssimas condições nos navios negreiros e nos depósitos de africanos; outra estratégia da Sociedade contra o tráfico, inclusa nas atas da mesma e transcritas n’**O Philantropo**, era a cada nomeação de novos membros anunciar que estes estavam libertando seus escravos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com os exemplares d’**O Philantropo** permitiu contato do bolsista com a pesquisa em História Social. O trabalho aqui desenvolvido certamente tem contribuído para o crescimento acadêmico do bolsista, haja vista que além de tomar contato mais intenso com a pesquisa, ainda pode utilizar-se dos documentos para elaborar aulas mais interessantes para ministrar na sala de aula, durante a disciplina do estágio. Como dito anteriormente, a leitura d’**O Philantropo** possibilita alguns caminhos de pesquisa. O amplo leque de debates publicados no periódico me fez atentar para questões candentes na política Imperial, principalmente no período denominado Segundo Reinado. Nesse sentido, penso que a pesquisa amplia nossa visão sobre um determinado assunto. No caso de um jornal, como foi utilizado aqui, a pesquisa possibilita entrar em contato com vários temas, e com pelo menos uma parte de um contexto social: alguns valores, preconceitos, estereótipos, disputas de interesses, etc. Penso que esse contato com fontes primárias e com a bibliografia especializada permite um “mergulho” um pouco mais profundo no contexto estudado, um quadro maior de

exemplos e referências, o que serve tanto para uma eventual carreira acadêmica quanto para ministrar aulas mais interessantes no ensino fundamental e/ou médio.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Patricia Regina. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. Comunicação apresentada no XIII Encontro de História Anpuh-RJ. Agosto de 2008.
- BETHELL, Leslie. **A Abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BURLAMAQUE, Frederico Leopolo Cesar. **Memoria Analytica Acerca do Commercio d'Escravos e Acerca dos Malles da Escravidão Domestica.** Rio de Janeiro: Typographia Commercial Fluminense, 1837.
- CAPELATO, M. H. R. **Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista. 1920-1945.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CONRAD, Robert Edgar. **Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravatura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação.** São Paulo: Hucitec, FAPESP; Ijuí: UNIJUÍ, 2003.
- GRAHAM, Richard. Mudança das características da mão-de-obra: comércio de escravos e escravatura. In: Grã- Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914). Coleção estudos brasileiros. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. **Revista Brasileira de História**. 2008, vol.28, n.56, pp. 407-430.
- MAMIGONIAN, Beatriz G. O tráfico ilegal e a instabilidade da propriedade escrava no século XIX. Comunicação apresentada no Seminário Internacional “ O século XIX e as novas fronteiras da escravidão e da liberdade” Rio de Janeiro, 10 a 14 de agosto de 2009.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 2004.
- QUEIRÓS, Eusébio de. “Discurso proferido pelo Conselheiro Eusébio de Queirós na Câmara dos Deputados em 16/07/1852” republicado em PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho Marques. *A Escravidão no Brasil: Ensaio Histórico-Jurídico-Social*. facsimile edition ed. 2 vols. São Paulo: Edições Cultura, 1944 [1866].
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.
- RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, volume II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.